

Empresa de  
Participações  
Vista Alegre S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas em 31 de dezembro de  
2025**

# Conteúdo

<b>Relatório da administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>5</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>

## Relatório da administração e exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Senhores acionistas, a Administração da Empresa de Participações Vista Alegre S.A, em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.s.as. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

### *Efeitos do curtailment*

Durante o exercício, a Companhia operou normalmente, estando conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e sujeita às determinações do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em 2025, a geração foi impactada por eventos de *curtailment* (redução/corte de geração por ordem do ONS), ocasionados por fatores externos à usina, como restrições do sistema elétrico e indisponibilidades em instalações de transmissão. Os principais impactos operacionais, financeiros e regulatórios desses eventos, bem como as políticas contábeis, julgamentos e estimativas aplicáveis, estão detalhados na Notas Explicativa nº 1.1.

No exercício de 2025, o *curtailment* resultou nos seguintes impactos operacionais e financeiros:

Período	Projeto	MWh programados (a)	MWh gerados	MWh cortados	% corte (ii)	Receita bruta sem Curtailment (RS) (i)	(-) Curtailment (RS) (i)	Receita bruta com Curtailment (RS) (i)
2025	Vista Alegre I Energia SPE Ltda;	110.555	72.567	37.988	34,36%	25.873	(8.342)	34.215
2025	Vista Alegre II Energia SPE Ltda;	110.512	64.733	37.779	35,59%	25.379	(7.857)	34.215
2025	Vista Alegre III Energia SPE Ltda;	99.532	61.544	37.987	38,17%	25.873	(8.342)	34.215
2025	Vista Alegre IV Energia SPE Ltda;	102.901	64.913	37.988	36,92%	25.592	(8.342)	33.934
2025	Vista Alegre V Energia SPE Ltda;	100.046	62.058	37.988	37,97%	25.537	(8.342)	33.879
2025	Vista Alegre VI Energia SPE Ltda;	102.777	64.789	37.988	36,96%	25.624	(8.342)	34.215
2025	Vista Alegre VII Energia SPE Ltda;	109.195	71.207	37.988	34,79%	25.443	(8.342)	33.785
2025	Vista Alegre VIII Energia SPE Ltda;	114.580	76.592	37.988	33,15%	25.649	(8.342)	33.991
2025	Vista Alegre IX Energia SPE Ltda;	114.468	76.480	37.988	33,19%	22.557	(8.342)	30.899
2025	Vista Alegre X Energia SPE Ltda;	114.777	76.789	37.988	33,98%	22.672	(8.342)	31.014
2025	Vista Alegre XI Energia SPE Ltda;	110.972	72.984	37.988	34,23%	22.589	(8.342)	30.931
2025	Vista Alegre XII Energia SPE Ltda;	111.309	73.321	37.988	34,13%	22.511	(8.342)	30.853
2025	Vista Alegre XIII Energia SPE Ltda;	111.192	73.204	37.988	34,16%	21.710	(8.342)	30.052
2025	Vista Alegre XIV Energia SPE Ltda;	107.162	72.329	34.833	32,51%	22.711	(7.650)	30.361
2025	Vista Alegre XV Energia SPE Ltda;	111.767	73.779	37.988	33,99%	24.777	(8.342)	33.119
2025	Vista Alegre XVII Energia SPE Ltda;	116.104	72.676	43.428	37,40%	27.232	(9.537)	36.769
<b>Total:</b>		<b>1.747.849</b>	<b>1.129.965</b>	<b>609.883</b>	<b>35,09%</b>	<b>391.729</b>	<b>(133.490)</b>	<b>526.447</b>

(i) Os dados acima apresentados, representam a receita de energia gerada pelas investidas diretas da Companhia, no qual, a venda é integralmente destinada a Companhia, e por tanto são eliminadas conforme determinado na política apresentada na nota explicativa nº 6.a.

(ii) Refere-se a média dos cortes

O percentual do efeito financeiro do *curtailment* em relação à receita bruta foi de 35,09%, inferior ao percentual de corte energético (38,38%), devido à diferença entre o preço da energia gerada e faturada e o preço utilizado para estimativa dos efeitos do *curtailment*, baseado no valor médio mensal do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as investidas reconheceram valores passíveis de compensação decorrentes de *constrained-off*, haja visto que os efeitos de *constrained-off* superaram os horários de franquia anual, conforme determinado na Resolução Normativa 1.030/2022. Foi reconhecido em 31 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 3.652, conforme nota explicativa nº 20.

A Companhia entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, no julgamento da Companhia, somente após a publicação e definição de todas as demais regras e mecanismos regulatórios estabelecidos e aprovados, é que a Companhia terá condição de decidir se aceitará ou não as condições que serão propostas, e assim reconhecer os demais valores reembolsáveis do *curtailment*.

A administração da Companhia, entende, mediante a interpretação das normas regulatórias vigentes, a existências de valores passíveis de ressarcimento decorrentes de *curtailment*, além dos já previstos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A Administração da Companhia adotou medidas administrativas e judiciais para requerer o integral ressarcimento dos valores atinentes aos cortes de geração.

Uma das principais medidas foi a propositura de uma Ação Coletiva por meio da ABSOLAR e ABEEOLICA onde se questiona a legalidade da Resolução Normativa da ANEEL 1.030/2022 quanto aos cortes de geração de energia.

Cabe destacar que a Lei 15.269/2025, oriunda da conversão da Medida Provisória 1.304/2025 e detalhada na nota explicativa nº 1.2, ampliou significativamente os eventos elegíveis a compensação em comparação com as normas regulatórias anteriores. A nova legislação passou a incluir todas as Indisponibilidades Externas e eventos relacionados a Razões de Confiabilidade, o que tende a resultar em acréscimo nos valores passíveis de compensação desde o início de operação da Companhia, além daqueles já apresentados anteriormente.

Ao encerrarmos o exercício de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

São Paulo, 30 de março de 2026.



# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Diretores da  
Empresa de Participações Vista Alegre S.A.  
São Paulo - SP**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Empresa de Participações Vista Alegre S.A. (“Companhia”), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Empresa de Participações Vista Alegre S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de Março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

Empresa de Participações Vista Alegre S.A.

Balços patrimoniais individuais e consolidados  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	6.952	59.116	346.855	209.806	Fornecedores	15	-	3	112.017	90.485
Contas a receber	9	-	-	148.096	45.669	Obrigações fiscais		3	3	9.945	11.251
Imposto a recuperar		7	7	2.831	2.955	Imposto de renda e contribuição social	23	1.195	56.151	6.807	58.570
Imposto de renda e contribuição social		31	27	16.619	6.797	Financiamentos	17	-	-	98.507	29.198
Adiantamento a fornecedores		-	-	-	1.524	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	-	2
Despesas antecipadas	10	-	-	7.468	4.933	Dividendos a pagar	24	8.519	8.525	8.519	8.525
Outras contas a receber		-	-	18.427	4.978	Passivo de arrendamento	12	-	-	158	-
						Derivativos financeiros passivos		-	-	-	446
						Outras contas a pagar	15	6.364	6.364	55.772	16.674
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>6.990</b>	<b>59.150</b>	<b>540.296</b>	<b>276.662</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>16.081</b>	<b>71.046</b>	<b>291.725</b>	<b>215.151</b>
Direito de uso	12	-	-	47.961	-	Financiamentos	17	-	-	2.417.913	2.485.754
Tributos diferidos		-	-	-	152	Provisão para desmobilização	16	-	-	32.899	29.557
Investimentos em controladas	11	484.505	339.019	-	-	Passivo de arrendamento	12	-	-	49.088	-
Imobilizado	13	-	-	2.885.019	2.926.196	Contingências	26	-	-	-	1.540
Intangível	14	782	782	782	782						
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>485.287</b>	<b>339.801</b>	<b>2.933.762</b>	<b>2.927.130</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.499.900</b>	<b>2.516.851</b>
						<b>Patrimônio líquido</b>	19				
						Capital social		620.705	620.705	620.705	620.705
						Ajuste de conversão		(214.991)	(400.644)	(214.991)	(400.644)
						Reservas de hedge		1.273	1.068	1.273	1.068
						Reserva de lucros		69.209	106.776	69.209	106.776
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>476.196</b>	<b>327.905</b>	<b>476.196</b>	<b>327.905</b>
						Participação de não controladores		-	-	206.237	143.885
<b>Total do ativo</b>		<b>492.277</b>	<b>398.951</b>	<b>3.474.058</b>	<b>3.203.792</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>492.277</b>	<b>398.951</b>	<b>3.474.058</b>	<b>3.203.792</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa de Participações Vista Alegre S.A.

Demonstrações de resultados individuais e consolidados  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	20	-	-	804.279	110.267
Custos de operação	21	-	-	(644.946)	(16.550)
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>159.333</b>	<b>93.717</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas gerais e administrativas	21	(145)	(112)	(4.837)	(4.831)
Outras receitas e despesas operacionais	21	3.497	165.313	(21.875)	169.287
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<b>3.352</b>	<b>165.201</b>	<b>132.621</b>	<b>258.173</b>
Receitas financeiras	22	904	615	314.139	48.428
Despesas financeiras	22	(44)	(277)	(484.701)	(233.937)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>860</b>	<b>338</b>	<b>(170.562)</b>	<b>(185.509)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	11	(40.372)	(73.407)	-	-
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>(36.160)</b>	<b>92.132</b>	<b>(37.941)</b>	<b>72.664</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(1.407)	(56.262)	(16.928)	(58.994)
<b>(Prejuízo) / lucro líquido do exercício</b>		<b>(37.567)</b>	<b>35.870</b>	<b>(54.869)</b>	<b>13.670</b>
Atribuíveis aos:					
Acionistas controladores		(37.567)	35.870	(37.567)	35.870
Acionistas não controladores		-	-	(17.302)	(22.200)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa de Participações Vista Alegre S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>(Prejuízo) / lucro líquido do exercício</b>	<b><u>(37.567)</u></b>	<b><u>35.870</u></b>	<b><u>(54.869)</u></b>	<b><u>13.670</u></b>
Ajuste de conversão	185.653	(400.644)	185.653	(447.436)
Hedge de fluxo de caixa	<u>206</u>	<u>(28.026)</u>	<u>79.860</u>	<u>(31.206)</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>148.292</u></b>	<b><u>(392.800)</u></b>	<b><u>210.644</u></b>	<b><u>(464.972)</u></b>
Atribuíveis aos:				
Acionistas controladores	148.292	(392.800)	148.292	(392.800)
Acionistas não controladores	-	-	62.352	(72.172)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa de Participações Vista Alegre S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Nota	Outros resultados abrangentes			Reserva de lucros			Total do patrimônio líquido da controladora	Participação de não controladores	Total consolidado
	Capital social	Ajuste de conversão	Reservas de hedge	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros / (prejuízos acumulados)			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>743.035</b>	<b>-</b>	<b>29.094</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.302)</b>	<b>767.827</b>	<b>132.947</b>	<b>900.774</b>
Redução de capital	18.a (150.733)	-	-	-	-	83.733	(67.000)	-	(67.000)
Subscrição e integralização de capital	18.a 28.403	-	-	-	-	-	28.403	83.110	111.513
Ajuste de conversão	18.f -	(400.644)	-	-	-	-	(400.644)	(46.792)	(447.436)
Reserva de hedge	18.e -	-	(28.026)	-	-	-	(28.026)	(3.180)	(31.206)
Lucro líquido do exercício	18.b -	-	-	-	-	35.870	35.870	(22.200)	13.670
Destinação para reserva legal	18.b -	-	-	1.794	-	(1.794)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18.c -	-	-	-	-	(8.525)	(8.525)	-	(8.525)
Destinação para reserva de retenção de lucros	18.d -	-	-	-	104.982	(104.982)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>620.705</b>	<b>(400.644)</b>	<b>1.067</b>	<b>1.794</b>	<b>104.982</b>	<b>-</b>	<b>327.905</b>	<b>143.885</b>	<b>471.790</b>
Ajuste de conversão	18.f -	185.653	-	-	-	-	185.653	79.592	265.245
Reserva de hedge	18.e -	-	206	-	-	-	206	62	268
Prejuízo do exercício	18.b -	-	-	-	-	(37.567)	(37.567)	(17.302)	(54.869)
Compensação de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	(37.567)	37.567	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>620.705</b>	<b>(214.991)</b>	<b>1.273</b>	<b>1.794</b>	<b>67.415</b>	<b>-</b>	<b>476.196</b>	<b>206.237</b>	<b>682.433</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Resultado do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		<b>(36.160)</b>	<b>92.132</b>	<b>(37.941)</b>	<b>72.664</b>
<b>Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com os recursos das atividades operacionais:</b>					
Depreciação	13	-	-	76.886	-
Amortização do custo da obrigação de desmobilização	17	-	-	774	-
Atualização monetária da provisão para desmobilização	17	-	-	3.342	-
Juros sobre financiamentos	16	-	-	168.688	112.296
Juros sobre passivo de arrendamento	12	-	-	1.413	33.288
Resultado de equivalência patrimonial	11	40.372	73.407	-	-
Custo de captação apropriado ao resultado	16	-	-	5.366	3.374
Baixa de imobilizado	13	-	-	20.564	2.359
Contingências	24	-	-	-	1.540
Custo da alienação de ações	11	-	75.930	-	75.930
Juros sobre passivo de arrendamento	12	-	-	1.813	-
Variação cambial sobre financiamentos	16	-	-	(27.123)	7.002
Variação cambial mútuos com partes relacionadas	24	-	-	-	91.695
<b>Resultado ajustado</b>		<b>4.212</b>	<b>241.469</b>	<b>213.782</b>	<b>400.148</b>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>					
Contas a receber		-	-	(91.105)	(45.669)
Impostos a recuperar		-	(5)	124	(2.953)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(4)	(24)	(9.822)	(2.233)
Adiantamento a fornecedores		-	-	1.524	(1.260)
Despesas antecipadas		-	-	(2.535)	1.327
Outras contas a receber		-	-	(13.449)	(3.981)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>					
Fornecedores		(3)	1	21.532	2.145
Obrigações fiscais		-	(4)	(1.306)	7.561
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	(2)	(10)
Outras contas a pagar		-	(17)	37.554	9.827
<b>Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>4.205</b>	<b>241.420</b>	<b>156.297</b>	<b>364.902</b>
Pagamento de juros de financiamentos	16	-	-	(84.909)	(3.398)
Pagamento de juros de arrendamentos	12	-	-	(1.813)	-
Pagamento de juros de mútuos com partes relacionaddas	22	-	-	-	(30.642)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	22	(56.363)	(137)	(68.691)	(452)
<b>Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividades operacionais</b>		<b>(52.158)</b>	<b>241.283</b>	<b>884</b>	<b>330.410</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aumento de capital em investidas	11	-	(128.063)	-	-
Pagamento de dividendos		(6)	-	(6)	-
Aquisição ao ativo imobilizado	13	-	-	(68.369)	(1.410.876)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividade de investimento</b>		<b>(6)</b>	<b>(128.063)</b>	<b>(68.375)</b>	<b>(1.410.876)</b>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>					
Captação de financiamentos	17	-	-	240.928	2.070.202
Custo de captação de financiamentos	17	-	-	(6.895)	(110.175)
Pagamento de principal de financiamentos	17	-	-	(29.365)	(423.572)
Pagamento de principal de passivo de arrendamento	12	-	-	(128)	-
Pagamento de mútuos - partes relacionadas	24	-	-	-	(427.639)
Aporte de capital de não controladores	11	-	-	-	35.601
Redução de capital	11	-	(60.636)	-	(60.636)
<b>Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) / gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>(60.636)</b>	<b>204.540</b>	<b>1.083.781</b>
<b>Redução / (Aumento) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(52.164)</b>	<b>52.584</b>	<b>137.049</b>	<b>3.315</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	59.116	6.532	209.806	206.491
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	6.952	59.116	346.855	209.806
		<b>(52.164)</b>	<b>52.584</b>	<b>137.049</b>	<b>3.315</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

### **1 Contexto operacional**

A Empresa de Participações Vista Alegre S.A. (“Companhia”) é uma holding, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.399, conjunto 12 a 15, cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

A Controladora direta da Companhia é a Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. com participação de 100,00% do capital social da Companhia e tem como controlador final a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

A Companhia foi constituída em 01 de outubro de 2009, com o objetivo de centralizar os projetos e investimentos em fase de desenvolvimento, desta forma a Companhia detém o controle do complexo Vista Alegre. As movimentações dos investimentos em suas controladas podem ser observadas na nota explicativa nº 11.

Conforme nota explicativa nº 1.3, a Companhia passou por processo de reorganização societária e atualmente possui os investimentos nas seguintes controladas indiretas, nas quais, são controladas pela Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A:

Vista Alegre I Energia SPE Ltda;  
Vista Alegre II Energia SPE Ltda;  
Vista Alegre III Energia SPE Ltda;  
Vista Alegre IV Energia SPE Ltda;  
Vista Alegre V Energia SPE Ltda;  
Vista Alegre VI Energia SPE Ltda;  
Vista Alegre VII Energia SPE Ltda;  
Vista Alegre VIII Energia SPE Ltda;  
Vista Alegre IX Energia SPE Ltda;  
Vista Alegre X Energia SPE Ltda;  
Vista Alegre XI Energia SPE Ltda;  
Vista Alegre XII Energia SPE Ltda;  
Vista Alegre XIII Energia SPE Ltda;  
Vista Alegre XIV Energia SPE Ltda;  
Vista Alegre XV Energia SPE Ltda;  
Vista Alegre XVII Energia SPE Ltda;  
Vista Alegre XVIII Energia SPE Ltda; E  
Vista Alegre XIX Energia SPE Ltda.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O grupo obteve autorização para início da operação comercial em 07 de março de 2024 e teve sua operação dedicada ao suprimento de contratos de venda de energia firmados bilateralmente no ambiente de contratação livre no mercado de curto prazo durante o ano de 2024. A partir de janeiro de 2025 a Companhia iniciará o atendimento ao contrato de venda de energia firmado pelo Complexo Fotovoltaico Vista Alegre, através de sua controladora Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. junto à Albras Alumínio Brasileiro S.A., cujo suprimento ocorrerá até 31 de dezembro de 2044.

## 1.1 Curtailment

A Companhia está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), sujeita à programação centralizada e às ordens operativas do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Em determinados períodos, o ONS pode solicitar a redução/corte de geração, os quais regulatoriamente são denominados como *curtailment*. Ocorrem por razões externas às usinas e são classificados como:

- (i) Razões Energéticas ou (Excesso de Energia), ocorre quando a geração disponível supera a demanda do sistema,
- (ii) Razões de Confiabilidade (Estabilidade do Sistema), devido a restrição do sistema de transmissão de energia elétrica, ocasionado por condições operativas da rede elétrica e não por indisponibilidade dos equipamentos da Companhia; ou
- (iii) Indisponibilidades Externas (Razões Elétricas), ocasionadas por falhas ou intervenções em instalações de transmissão externas às usinas geradoras e aos seus sistemas auxiliares.

Tais eventos impactam o volume de energia comercializado e, conseqüentemente o valor da receita auferida. Conforme Lei 15.269/2025 (conversão da Medida Provisória 1.304/2025), os cortes ocorridos a partir de 1º de setembro de 2023 por Indisponibilidades Externas e parte dos cortes decorrentes de Razões de Confiabilidade serão passíveis de compensação, incluindo os cortes ocorridos após a publicação da Lei em 25 de novembro de 2025.

Os detalhes das regras para classificação, apuração e compensação, dos cortes ocorridos até 25 de novembro de 2025, estão sendo discutidos por meio da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME), em 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Companhia estabeleceu procedimentos operacionais de monitoramento e comitês específicos analisando recorrentemente os impactos financeiros do *curtailment* de forma retrospectiva e prospectiva, observando diversos cenários que possam afetar o cumprimento de suas obrigações e a rentabilidade do capital investido, e assim antecipar mecanismos de mitigação.

A Companhia entende que existem outros valores de *curtailment* passíveis de compensação, que não foram reconhecidos nestas demonstrações financeiras, por avaliar que ainda será necessário aguardar as informações adicionais a serem publicadas pelo Regulador, como resultado da Consulta Pública nº 210/2025, aberta pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Dessa forma, a Companhia determinou que irá deliberar em definitivo sobre esse tema, somente após a deliberação final por parte do Regulador, conseqüentemente, nenhum valor foi reconhecido nessas demonstrações financeiras.

## 1.2 Autorizações para exploração

As controladas possuem a autorização para explorar o potencial de geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica pelo período de 35 anos, e atuarão no ambiente de contratação livres. As controladas encontram-se em processo de fechamento contratual para fornecimento da energia gerada.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada indireta:

Usina	Companhia	CEG ANEEL	Período da autorização	Potência (MW)	Estimativa de geração (MW/médio)	Ambiente Contratação	Estado	Fase do Projeto
UFV Vista Alegre I	Vista Alegre I Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.046555-0.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,173	12,4	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre II	Vista Alegre II Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.046556-9.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,173	12,4	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre III	Vista Alegre III Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.046557-7.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,173	12,4	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre IV	Vista Alegre IV Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.046558-5.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,173	12,4	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre V	Vista Alegre V Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.046559-3.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,173	12,4	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre VI	Vista Alegre VI Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.046560-7.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,173	12,4	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre VII	Vista Alegre VII Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.046553-4.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,173	12,4	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre VIII	Vista Alegre VIII Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.046561-5.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,173	12,4	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre IX	Vista Alegre IX Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.046562-3.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,173	12,4	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre X	Vista Alegre X Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.049655-3.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,173	12,4	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre XI	Vista Alegre XI Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.049656-1.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,173	12,4	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre XII	Vista Alegre XII Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.049657-0.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,173	12,4	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre XIII	Vista Alegre XIII Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.049658-8.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,173	12,4	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre XIV	Vista Alegre XIV Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.049659-6.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,173	12,4	ACL	MG	Em operação
UFV Vista Alegre II	Central Fotovoltaica Vista Alegre XV SPE Ltda.	UFV.RS.MG.046554-2.01	25/08/2021 a 24/07/2056	41,173	12,4	ACL	MG	Em operação
UFV São Francisco I	Vista Alegre XVII Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.054447-7.01	18/01/2022 a 17/01/2057	49,993	15,1	ACL	MG	Em operação
UFV São Francisco II	Vista Alegre XVIII Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.054448-5.01	18/01/2022 a 17/01/2057	49,993	15,1	ACL	MG	Em operação
UFV São Francisco III	Vista Alegre XIX Energia SPE Ltda	UFV.RS.MG.054449-3.01	18/01/2022 a 17/01/2057	49,993	15,1	ACL	MG	Em operação

## 1.3 Alienações societárias

### a. Alienação parcial de investimentos – Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.

Em 20 de dezembro de 2024 a Companhia, firmou contrato de compra e vendas de ações da investida Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. com a Albras Alumínio Brasileiro S.A., correspondente a venda de 20% das ações deste investimento, passando a Companhia a deter 70% das ações da investida. O valor da venda foi de R\$ 241.243 e foi integralmente recebido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Seguem os montantes na data do evento, ocorridos em 20 de dezembro de 2024.

	<b>Vista Alegre</b> <b>Comercializadora</b>
Receita na venda de participações societária	241.243
Custo da participação nas investidas	<u>(75.930)</u>
<b>Lucro na venda de participação societária</b>	<b><u>165.313</u></b>

## 1.4 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante em R\$ 9.091 (e negativo R\$ 11.896 em 31 de dezembro de 2024). O Grupo apresentou capital circulante líquido positivo de R\$ 248.571 (positivo em R\$ 61.511 em 31 de dezembro de 2024). No encerramento do exercício de 2025 foi apurado prejuízo do Grupo no valor de R\$ 54.869 (lucro de R\$ 13.670 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração, nesta data avaliou a capacidade da Companhia e do Grupo em continuar com o curso planejado de sua operação, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

## 2 Relação de entidades controladas

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas.

Os principais critérios de consolidação estão descritos a seguir:

- a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas;
- b) Eliminação de participações no capital, reservas e lucros acumulados das Companhias controladas;
- c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as Companhias consolidadas;
- d) Segregação da participação de não controladores. O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data da aquisição.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações financeiras da Companhia de Participações Vista Alegre Ltda. e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas	País	Participação acionária %			
		2025		2024	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Vista Alegre I Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre II Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre III Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre IV Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre V Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre VI Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre VII Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre VIII Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre IX Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre X Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre XI Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre XII Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre XIII Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre XIV Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre XV Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre XVII Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre XVIII Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre XIX Energia SPE Ltda	Brasil	-	70%	-	70%
Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.	Brasil	70%	-	70%	-

### 3 Base de preparação

#### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30 de março de 2026.

#### Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicação financeira é mensurada ao valor justo por meio do resultado.
- Hedge de fluxo de caixa mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

### 4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real. A moeda funcional dos saldos consolidados é o Dólar norte americano e a moeda de apresentação é o Real brasileiro. Essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **5 Uso de estimativas**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos passivos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 12:** Refere-se a ativos de imobilizados em andamento, assim que o ativo atingir o estágio de conclusão previsto pela Administração, a depreciação será feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A vida útil dos ativos será determinada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recurso que tal ativo espera prover;
- **Constrained-off – Nota explicativa nº 19:** A Administração exerce julgamento para: (i) comprovar onexo causal externo dos cortes, com base em programação e ordens do ONS; (ii) avaliar a elegibilidade regulatória de eventual compensação; (iii) mensurar a contraprestação variável associada, considerando estágio regulatório e evidências disponíveis; e (iv) monitorar a recorrência/materialidade como possível indicador de impairment das CGUs (CPC 01). Os processos de controle incluem a manutenção de dossiês operacionais por usina (PMO/PDO, ordens e relatórios técnicos), back-testing periódico entre valores reconhecidos e homologados/liquidados e revisão das premissas à luz de eventos subsequentes;
- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 12:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2025;
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – nota explicativa nº16:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 24:** principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

## **6 Políticas contábeis materiais**

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

**a) Base de consolidação**

**(i) Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

**(ii) Perda de controle**

Quando aplicável a entidade perde o controle sobre uma controlada, A Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se A Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

**(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

**(iv) Transações eliminadas na consolidação**

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**b) Receita de contrato com cliente**

***Reconhecimento da receita***

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato seja em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato no ambiente livre é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

A investida da Companhia firmou um PPA (*Purchase Price Agreement*) em Dólar em ambiente de contratação livre, com intuito de otimizar os gastos do cliente que tem suas principais fontes em Dólar americano. Dado ao elemento terceiro vinculado ao PPA, há certa subjetividade sob o enquadramento deste contrato como derivativo embutido, contudo, a moeda funcional da investida da Companhia é o Dólar americano, desta forma a operação se enquadra na definição de exceções ao derivativo embutido, e por tanto, não há nenhum evento de marcação a mercado sob este contrato.

**c) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

**d) Imposto de renda e contribuição social**

*Regime de tributação pelo Lucro Real – Holdings*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

*Regime de tributação pelo Lucro Presumido – SPes*

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende tanto o imposto de renda e a contribuição social correntes quanto os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são reconhecidos no resultado do exercício, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente corresponde ao imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

**e) Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui principalmente os custos de empréstimos capitalizados, líquidos de depreciação acumulada e perda do valor recuperável (*impairment*).

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelas controladas.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens de propriedade, planta e equipamento, utilizando o método linear com base na vida útil estimada pela Administração do Grupo, que representa o período durante o qual os ativos operacionais gerarão benefícios econômicos, conforme a tabela abaixo:

Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	de acordo com a vigência da outorga de exploração
--	---

A taxa de depreciação do item Usina Fotovoltaica representa a vida útil do ativo como uma unidade operacional e inclui todas as despesas necessárias para a construção e início de operação da usina.

A depreciação é reconhecida no resultado. Devido às limitações legais impostas pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados ao longo do menor entre a vida útil estimada do ativo e o prazo de autorização.

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revisados em cada data de balanço e ajustados se necessário.

**f) Contabilidade de Hedge (“hedge accounting”)**

A Companhia e suas controladas mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de moeda estrangeira, utilizando a contabilização de hedge (*hedge accounting*) com o intuito de proteger os futuros desembolsos para aumento de capital nas controladas necessários para as aquisições de equipamentos para a implementação das usinas fotovoltaicas. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para este fim são Contratos a Termo de Moeda – NDF (Non Deliverable Forward).

No início de relacionamento do hedge designado, a Companhia e suas controladas documentam o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para a realização do hedge. A Companhia e suas controladas também documentam a relação econômica entre o item coberto e o instrumento de cobertura, incluindo se as alterações nos fluxos de caixa do item coberto e do instrumento de cobertura devem compensar-se mutuamente.

Periodicamente a Administração monitora os critérios de qualificação do instrumento de hedge, a fim de assegurar a relação de proteção.

Em 2025 a Companhia liquidou todas as obrigações financeiras e concluiu a realização de todos os contratos de NDFs.

#### ***Hedge de fluxo de caixa***

Quando um instrumento financeiro não derivativo com risco de moeda estrangeira é designado como instrumento de hedge de fluxo de caixa, a parcela efetiva das variações cambiais é reconhecida e acumulada no patrimônio líquido sob a rubrica “Outros resultados abrangentes”, e são limitadas ao índice designado para o item protegido. A Administração designou a totalidade do valor do principal do financiamento atrelado a moeda estrangeira como instrumento de hedge. A parcela efetiva das variações cambiais do instrumento de hedge acumuladas em AAP - Ajuste de avaliação Patrimonial, são reclassificadas para o resultado como ajuste de reclassificação no mesmo período em que os fluxos de caixa esperados, no caso, as receitas altamente prováveis afetam o resultado.

Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilidade de hedge ou se, o instrumento de hedge for rescindido, ou expirar, a contabilidade de hedge será descontinuada prospectivamente.

### **g) Instrumentos financeiros**

#### **(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

As contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao custo amortizado acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

#### **(ii) Classificação e mensuração subsequente**

##### **(a) Ativos Financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:**

A Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

**(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

**Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

**(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**(iii) Desreconhecimento**

**(a) Ativos financeiros**

A Companhia. desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia. nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

**(b) Passivos financeiros**

A Companhia. desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia. também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

**(iv) *Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia. tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**h) *Redução ao valor recuperável (Impairment)***

**(i) *Ativos financeiros não-derivativos***

***Instrumentos financeiros e ativos contratuais***

A Companhia. reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- ativos contratuais.

A Companhia. mensura a provisão para perdas em contas a receber e ativos contratuais em um valor igual à perda de crédito esperada para toda a vida útil, exceto para depósitos bancários com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados com base na perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia. considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia. na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

- Os ativos financeiros são considerados em default pela Companhia. quando é extremamente improvável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia. sem que seja necessário recorrer a ações como a realização de garantias (se houver).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia. está exposto ao risco de crédito.

***Mensuração das perdas de crédito esperada***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia. de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia. espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia. avalia se os ativos financeiros registrados ao custo amortizado estão enfrentando problemas de recuperação. Um ativo financeiro apresenta "problemas de recuperação" quando um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ocorrem.

Evidências de que um ativo financeiro está comprometido por crédito incluem os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou tomador.
- violação de convenções, como inadimplência ou pagamentos em atraso.
- é provável que o devedor entre em falência ou em outra reestruturação financeira; ou
- desaparecimento de um mercado ativo para um título devido a dificuldades financeiras.

#### **Apresentação da provisão para perdas esperadas com crédito no balanço patrimonial**

A provisão para perdas em ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### **Baixas**

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia. não tem uma expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro total ou parcialmente. No entanto, os ativos financeiros baixados ainda podem estar sujeitos à cobrança de crédito, em conformidade com os procedimentos da Bos Sorte Comercializadora de Energia S.A. para a recuperação dos valores devidos.

#### **(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia. são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**k. Arrendamentos**

No início de um contrato, a Companhia. avalia se um contrato é, ou contém, um arrendamento.

Um contrato é ou contém um arrendamento se transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia. aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços separados relativos.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa seu direito de usar o ativo arrendado e uma obrigação de arrendamento que representa sua obrigação de realizar os pagamentos de arrendamento. No caso da Companhia. os ativos de direito de uso e suas respectivas obrigações de arrendamento referem-se ao terreno onde os parques fotovoltaicos estão localizados.

A Companhia. adota os seguintes critérios para o reconhecimento e a mensuração inicial de ativos e passivos:

- Reconhecimento de uma obrigação de arrendamento na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais. As obrigações de arrendamento foram mensuradas pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento restantes, descontados usando taxas de juros incrementais, para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa de juros incremental nominal estabelecida foi, em média, 11,30% ao ano.

**l) Provisões**

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

**m) Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia. tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia. requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia. mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia. utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia. mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

Se a Companhia. determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## **7 Novas normas e interpretações**

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

### **a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.**

- O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- - As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
  - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
  - Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

**b) Outras Normas Contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

**(a) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras**

**Introdução:**

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras da Companhia. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Companhia.

**Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:**

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

**Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:**

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Companhia a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Companhia e investidas, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Companhia e investidas, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.

- **Sistemas e processos internos:** A Companhia e investidas precisarão adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.
- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.
- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Companhia e investidas e, conseqüentemente, seu patrimônio líquido.

**Medidas Adotadas e Próximos Passos:**

A Companhia está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

No caso dos projetos estruturados sob contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements – PPAs*), a Companhia conta, em regra, com cláusulas de equilíbrio econômico-financeiro que preveem mecanismos de recomposição em decorrência de alterações relevantes na legislação tributária. Tais cláusulas permitem, conforme o caso, o repasse dos impactos decorrentes da substituição dos tributos atuais pelo IBS e pela CBS, mitigando efeitos adversos sobre a rentabilidade originalmente contratada.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos bancários (a)	90	71	5.596	115.714
Aplicações financeiras curto prazo (b)	6.862	59.045	341.259	94.092
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>6.952</b>	<b>59.116</b>	<b>346.855</b>	<b>209.806</b>

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se à certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 74% em 31 de dezembro de 2025 (98% em 31 de dezembro de 2024) ao ano, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

## 9 Contas a receber

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Contas a receber de clientes – MCP (a)	3.395	23.721
Contas a receber de clientes – ACL (b)	120.703	21.948
Partes relacionadas	20.346	-
<i>Constrained Off</i> – (c)	3.652	-
<b>Contas a receber de clientes</b>	<b>148.096</b>	<b>45.669</b>

- (a) Refere-se ao saldo de energia de teste comercializado na CCEE no Mercado de Curto Prazo (MCP)
- (b) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme nota explicativa nº 1. O Grupo possui previsão de realizar o saldo em aberto durante o exercício de 2026.
- (c) Em 31 de dezembro de 2025, o grupo apresenta saldo decorrente de pleitos de constrained-off no montante de R\$ 3.652. A realização depende de etapas regulatórias (análise, homologação e liquidação) e envolve risco de crédito e incerteza de prazo. A PCE (IFRS 9/CPC 48) é calculada por estágio do pleito e fatores prospectivos.

A Companhia entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os títulos negociados no mercado de curto prazo. Adicionalmente, não são esperadas perdas e não há títulos vencidos.

## 10 Despesas antecipadas

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Seguros antecipados	7.468	4.933
<b>Total</b>	<b>7.468</b>	<b>4.933</b>

Refere-se basicamente a saldos de seguros firmados para cobertura de danos e avarias no processo de construção dos parques fotovoltaicos, aos quais são adicionados ao ativo fixo mediante ao reconhecimento da despesa ao longo da vigência dos contratos.

## 11 Investimentos em controladas

Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial)	Saldo em 2025
<i>Investimentos em controladas</i>					
Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A	70%	524.877	(40.372)	(40.372)	484.505
		<b>524.877</b>	<b>(40.372)</b>	<b>(40.372)</b>	<b>484.505</b>
<hr/>					
Composição do investimento	Part. %	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 2024
<i>Investimentos em controladas</i>					
Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A (a)	70%	482.904	(95.607)	(73.407)	339.019
		<b>482.904</b>	<b>(95.607)</b>	<b>(73.407)</b>	<b>339.019</b>

- (a) O resultado do exercício da investida compreende os períodos os quais a Companhia assumiu o controle das investidas, conforme apresentados na nota explicativa nº 1.3.

Composição dos investimentos	Part. %	2024	Aumento de capital	Alienação de investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	2025
<i>Investimentos em controladas</i>							
Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.	70%	339.019	-	-	185.858	(40.372)	484.505
<b>Total</b>		<b>760.562</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>185.858</b>	<b>(40.372)</b>	<b>484.505</b>
<hr/>							
Composição dos investimentos	Part. %	2023	Aumento de capital (a)	Alienação de investimentos (b)	Ajuste de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	2024
<i>Investimentos em controladas</i>							
Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.	70%	760.562	156.465	(75.930)	(428.671)	(73.407)	339.019
<b>Total</b>		<b>760.562</b>	<b>156.465</b>	<b>(75.930)</b>	<b>(428.671)</b>	<b>(73.407)</b>	<b>339.019</b>

- (a) Em 20 de dezembro de 2024 a Companhia, firmou contrato de compra e vendas de quotas da investida Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. com a Albras Alumínio Brasileiro S.A., no qual realizou a venda de 20% das ações deste investimento, passando a Companhia a deter 70% das ações da controlada, conforme descrito na nota explicativa e nº 1.2.i a e 17.i.

A seguir resumo das controladas da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Composição do investimento	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício 2025
<i>Investimentos em controladas</i>				
Vista Alegre Comercializadora de Energia S. A	3.466.287	2.775.546	490.741	(40.372)
	<b>3.466.287</b>	<b>2.775.546</b>	<b>490.741</b>	<b>(40.372)</b>
<hr/>				
Composição do investimento	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício 2024
<i>Investimentos em controladas</i>				
Vista Alegre Comercializadora de Energia S. A	3.143.826	2.660.922	482.904	(95.607)
	<b>3.143.826</b>	<b>2.660.922</b>	<b>482.904</b>	<b>(95.607)</b>

## 12 Ativo de direito de uso e arrendamento

As Companhias do grupo atuam como arrendatárias em contratos de terras onde os parques fotovoltaicos encontram-se instalados.

A movimentação do direito de uso está demonstrada abaixo:

	<b>Consolidado</b>			<b>Valor líquido em 31/12/2025</b>
	<b>Valor líquido em 31/12/2024</b>	<b>Adição</b>	<b>Amortizações</b>	
<b>Ativo de direito de uso</b>				
Arrendamento parques fotovoltaicos	-	49.374	(1.413)	47.961
<b>Total do ativo</b>	<b>-</b>	<b>49.374</b>	<b>(1.413)</b>	<b>47.961</b>

O prazo de amortização de direito de uso é de 30 anos.

Composição dos saldos do passivo de arrendamento:

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Passivo de arrendamento</b>		
Arrendamentos parques fotovoltaicos	49.246	-
<b>Total</b>	<b>49.246</b>	<b>-</b>
Circulante	158	-
Não circulante	49.088	-

A movimentação do passivo de arrendamento, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, está demonstrada abaixo:

	<b>Valor líquido em 31/12/2024</b>	<b>Reconhecimento inicial</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Juros pagos</b>	<b>Juros incorridos</b>	<b>Valor líquido em 31/12/2025</b>
<b>Passivo de arrendamento</b>						
Arrendamento - Terreno do Parque Fotovoltaico	-	49.374	(128)	(1.813)	1.813	49.246
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>49.374</b>	<b>(128)</b>	<b>(1.813)</b>	<b>1.813</b>	<b>49.246</b>

Mediante reconhecimento do arrendamento, a taxa de desconto utilizada para tal é de 12,23% a.a. (12,66% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

## 13 Imobilizado

### a. Conciliação do valor contábil

Custo de aquisição:	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024	Adição	Cessão onerosa	Transferências	Baixa	31/12/2025
	Imobilizado em construção (a)	1.675.710	1.223.288	(2.359)	2.896.639	68.339	(11.322)	(2.933.976)	(19.680)
Planta fotovoltaica	-	-	-	-	30	-	2.933.976	(884)	2.933.122
Desmobilização de ativos	-	29.557	-	29.557	-	-	-	-	29.557
<b>Total do imobilizado</b>	<b>1.675.710</b>	<b>1.252.845</b>	<b>(2.359)</b>	<b>2.926.196</b>	<b>68.369</b>	<b>(11.322)</b>	<b>-</b>	<b>(20.564)</b>	<b>2.962.679</b>

  

Depreciação acumulada:	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024	Adição	Cessão onerosa	Transferências	Baixa	31/12/2025
	Planta fotovoltaica	-	-	-	-	(76.886)	-	-	-
Desmobilização de ativos	-	-	-	-	(774)	-	-	-	(774)
<b>Total da depreciação acumulada</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(77.660)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(77.660)</b>

  

<b>Total do imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.926.196</b>	<b>(9.291)</b>	<b>(11.332)</b>	<b>-</b>	<b>(20.564)</b>	<b>2.885.019</b>
-----------------------------	----------	----------	----------	------------------	----------------	-----------------	----------	-----------------	------------------

(a) Referem-se a serviços e materiais oriundos da construção da usina fotovoltaica.

A Companhia avaliou que em 31 de dezembro de 2025, não existem evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram identificados indicadores de possível redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados das investidas, em razão de *curtailment* operacional, conforme descrito na nota explicativa nº 1.1. Em atendimento ao CPC 01, a Companhia realizou o teste de valor em uso com base em projeções de receita baseada na expectativa de geração de energia e de acordo com os contratos de venda de energia de longo prazo, considerando a carga tributária vigente para as investidas e uma taxa de desconto alinhada ao risco do negócio (WACC 9,70%). Os testes não indicaram necessidade de reconhecimento de perda por *impairment*.

## 14 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Custo</b>				
Rede Básica de Transmissão Janaúba – MG	782	782	782	782
<b>Total</b>	<b>782</b>	<b>782</b>	<b>782</b>	<b>782</b>

### **Direito de acesso da rede básica de transmissão Janaúba – MG**

Em 2023 o Grupo concretizou a aquisição dos ativos que contemplam o complexo Vista Alegre. Juntamente com a aquisição das controladas, a Administração identificou o direito de acesso à rede básica de transmissão Janaúba – MG. Desta forma, após aplicar a política descrita na nota explicativa nº 6.f, a Companhia reconheceu ativo intangível adquirido no montante de R\$ 782.

Não houve movimentações em 31 de dezembro de 2025.

## 15 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores correspondem basicamente a fornecedores de imobilizado. Quanto as provisões com serviços, correspondem às provisões de auditoria, como se mostram abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Contratação de serviços (a)	-	3	7.127	88.340
Compra de energia	-	-	85.048	2.145
Fornecedores partes relacionadas (c)	-	-	19.842	-
<b>Total de fornecedores</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>112.017</b>	<b>90.485</b>
Outras provisões com serviços (b)	6.364	6.364	55.772	16.674
<b>Total de outras contas a pagar</b>	<b>6.364</b>	<b>6.364</b>	<b>55.772</b>	<b>16.674</b>
<b>Total</b>	<b>6.364</b>	<b>6.367</b>	<b>167.789</b>	<b>107.159</b>

(a) Os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se, basicamente, às aquisições de materiais e serviços necessários para o processo de construção da Usina Fotovoltaica

(b) Refere-se a provisão de serviços de Operação e Manutenção (O&M). Conforme nota explicativa nº 22.

(c) Compra de energia da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 23.

## 16 Obrigações fiscais

	2025	2024	2025	2024
ICMS a recolher	1.195	-	7.472	11.251
PCC sobre serviços de terceiros	-	3	2.167	-
PIS e COFINS a recolher	-	-	306	-
<b>Total</b>	<b>1.195</b>	<b>3</b>	<b>9.945</b>	<b>11.251</b>

## 17 Financiamentos

	Consolidado	
	2025	2024
As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:		
<b>Financiamentos</b>		
<b>Saldo inicial</b>	<b>2.514.952</b>	<b>411.787</b>
Captação de financiamentos	240.928	2.070.202
Juros incorridos no exercício	168.688	112.296
Pagamento de principal	(29.365)	(423.572)
Juros pagos	(84.909)	(3.398)
Custos incorridos no exercício	5.366	3.374
Custo de captação	(6.895)	(110.175)
Variação cambial	(292.344)	454.438
<b>Saldo final</b>	<b>2.516.420</b>	<b>2.514.952</b>
<b>Circulante</b>	<b>98.507</b>	<b>29.198</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.417.913</b>	<b>2.485.754</b>

### a. Termos e cronograma de amortização da dívida

	Taxa de juros	Vencimento final	2025	2024
Financiamentos	5,14+ 2,28 % a.a.	jan//2044	<b>2.516.420</b>	<b>2.514.952</b>
			<b>2.516.420</b>	<b>2.514.952</b>

As controladas da Companhia, celebrou contratos de abertura de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, onde foi contratado o crédito total de USD447.804, equivalente à R\$ 2.180.000, dos quais USD403.699 foram desembolsados até ao longo de 2024 e USD 44.105 em 2025, remunerados a taxa fixa ponderada do BNDES de 4,35% acrescido de *spread* de crédito de 2,28%. O prazo de financiamento é de 20 anos, com carência de 2 anos para o principal.

Os financiamentos bancários estão garantidos pelos contratos de venda de energia, emissão de cartas de fianças e garantia dos sócios, conforme no item “b” a seguir.

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) cujo eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar

garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao BNDES, os principais *covenants* são:s

- Cumprir rigorosamente a legislação ambiental;
- Comprovar perante o Itaú a correta aplicação dos recursos captados; e
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Todas as cláusulas restritivas (*covenants*) inerentes ao contrato de financiamentos requeridas são acompanhadas pela Administração da Companhia.

### **Garantias prestadas**

O financiamento celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), tem como fiadores o Itaú Unibanco S.A., Banco BTG Pactual S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco Credit Agricole Brasil S.A. Os Fiadores emitiram cartas de fiança em favor do BNDES, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato de financiamento.

A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações das controladas da Companhia foram asseguradas pelas seguintes garantias:

- Sub-rogação de garantias reais:
  - penhor de ações e quotas da Companhia e SPEs, de titularidade dos sócios e da Tomadora nas SPEs, respectivamente;
  - penhor dos equipamentos de titularidade da Companhia;
  - cessão fiduciária dos direitos creditórios e direitos emergentes advindos do Projeto de titularidade da Companhia e das contas relacionadas ao Projeto;
- Garantia fidejussória prestada pela Afiançada (Vista Alegre Comercializadora), com solidariedade com as SPEs uma vez satisfeito o pagamento pelos Fiadores do BNDES em decorrência da honra da fiança;
- Compromisso limitado de aporte de capital na Companhia, pelos sócios;

Vencimento em:	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
2026	98.507	138.097
2027	138.097	138.097
2028	138.097	138.097
2029	138.097	138.097
2030 até 2044	2.003622	1.933.366
	<b>2.516.420</b>	<b>2.485.754</b>

## **18 Provisão para desmobilização**

De acordo com a cláusula contida nos contratos de arrendamento, as controladas do grupo tem a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais anteriores a implementação das instalações.

Em dezembro de 2025, o Grupo realizou não reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica.

O valor correspondente a desmobilização está registrada no ativo imobilizado e está sendo amortizado mensalmente. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 32.899 (29.557 em 31 de dezembro de 2024), conforme nota explicativa nº 13.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi a seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>29.557</b>	-
Reconhecimento inicial	-	29.557
Atualização monetária da provisão para desmobilização	3.342	-
<b>Saldo final</b>	<b>32.899</b>	<b>29.557</b>

## 19 Patrimônio líquido

### a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 620.705, representado por 620.705 quotas, nominativas e sem valor nominal. A acionista Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. é detentora de 100,00% das ações da Companhia.

O capital social integralizado é de R\$ 620.705 (R\$ 620.705 em 31 de dezembro de 2024).

Não houve integralização ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### b. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia constituiu reserva legal de valor 0 no exercício de 2025 (1.794 em 31 de dezembro de 2024).

### c. Dividendos

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não destinou à título de dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 8.525 em 31 de dezembro de 2024), conforme demonstrativo abaixo:

	2025	2024
Prejuízos acumulados	-	(4.302)
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício	(37.567)	35.870
<b>Base de cálculo - Reserva Legal</b>	-	31.568
Reserva legal - 5%	-	(1.794)
<b>Base de cálculo - Dividendos mínimos</b>	-	<b>29.774</b>
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	8.525

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 8.519 (R\$ 8.525 em 31 de dezembro de 2024).

**d. Reserva de retenção de lucros**

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui reservas de retenção de lucros de R\$ 67.415 (R\$ 104.982 em 31 de dezembro de 2024). Em função do prejuízo do exercício de 2025 no montante de R\$ 37.567 (lucro de R\$ 104.982 em 31 de dezembro de 2024) a Companhia procedeu com a compensação de R\$ 37.567.

**e. Reservas de hedge**

A Companhia possui compromissos financeiros com suas controladas para prover recursos, objetivando que suas controladas liquidem suas obrigações referentes à compra de ativo, com o intuito de proteger o caixa da Companhia das oscilações da moeda estrangeira, mantém operações com derivativos por meio de Non-deliverable Forwards (NDF). Diante disso, a Companhia reconheceu em seu patrimônio líquido ganhos no valor de R\$ 206 (perdas de R\$ 28.026 em 2024), que corresponde as oscilações das flutuações cambiais mediante *hedge accounting*, conforme nota explicativa nº 22.b.

**f. Ajuste de conversão**

A controlada Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A., tem moeda funcional em dólar, e em decorrência os ajustes de conversão realizados nas demonstrações financeiras da controlada são refletidos na linha de ajustes de conversão no patrimônio líquido da Companhia, conforme estabelecido na nota explicativa nº 4. A Companhia apresentou saldos de perdas no montante de R\$ 214.991(400.644 em 31 de dezembro de 2025)

**g. Participação de não controladores**

A Companhia reconhece como participação de não controladores o valor de R\$ 206.237, conforme detalhado abaixo valores por investida:

Abaixo, são detalhados os valores por investida:

Composição da participação de não controladores	2025			
	Part.%	Patrimônio líquido das investidas	Prejuízo do exercício	Participação de não controladores
Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.	30%	690.739	(57.677)	206.237
<b>Total</b>		<b>690.739</b>	<b>(57.677)</b>	<b>206.237</b>

  

Composição da participação de não controladores	2024			
	Part.%	Patrimônio líquido das investidas	Prejuízo do exercício	Participação de não controladores
Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A.	30%	482.904	(95.607)	143.885
<b>Total</b>		<b>482.904</b>	<b>(95.607)</b>	<b>143.885</b>

## 20 Receita operacional líquida

O Grupo gera receita apenas pela venda de energia elétrica produzida pelas usinas fotovoltaicas. A tabela a seguir apresenta a composição analítica por tipo de receita apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Consolidado	
	2025	2024
Receita contrato de energia (MCP)	-	66.105
Receita contrato de energia (ACL)	889.962	51.673
Impostos sobre venda	(85.683)	(7.511)
<b>Total</b>	<b>804.279</b>	<b>110.267</b>

Em 2025 a Companhia e suas controladas comercializaram 2.222 GW, (224 GW em 2024) e as controladas da Companhia geraram 1.267 GW em 2025 (426 GW em 2024).

## 21 Custos e despesas operacionais

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Custos do serviço de energia elétrica</b>		
Depreciação e amortização	(79.081)	-
Compra de energia para revenda (a)	(387.596)	(4.069)
Compra de energia para revenda – Partes Relacionadas (d)	(89.318)	-
Operação e manutenção	(16.520)	(2.723)
Encargo de uso da rede de energia elétrica (b)	(54.874)	(8.075)
Atualização monetária para desmobilização	(3.341)	-
Serviços Técnicos	(444)	-
Custos compartilhados – Partes relacionadas	(3.514)	-
Compromisso ambientais e sociais	(2.238)	-
Custos de locação de terras (c)	(832)	(583)
Seguros	(7.031)	(1.100)
Custos de aporte em garantia	(157)	-
<b>Total</b>	<b>(644.946)</b>	<b>(16.550)</b>

**Empresa de Participações Vista Alegre S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas*  
em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>				
Contabilidade e auditoria	(98)	(81)	(1.625)	(1.320)
Serviços tomados	-	-	(483)	-
Assessoria e advogados	(7)	(4)	(4.664)	(759)
Taxas	(40)	(24)	(990)	(2.699)
Despesas consumo escritório	-	-	(11)	-
Despesas com viagem	-	-	(473)	-
Propaganda e publicidade	-	(3)	-	(2)
Outras despesas	-	-	(79)	(51)
Outros	-	-	3.488	-
<b>Total</b>	<b>(145)</b>	<b>(112)</b>	<b>(4.837)</b>	<b>(4.831)</b>

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Outros resultados operacionais</b>				
Receita na venda de participações (e)	-	241.243	-	241.243
Custo das ações alienadas (e)	-	(75.930)	-	(75.930)
Restituição de impostos	-	-	-	1.593
Ganho/perda na venda de ativo fixo (f)	3	-	(20.564)	-
Perda na aquisição de participações	-	-	-	-
Receita de ajuste de conversão	-	-	-	1.903
Outros resultados	3.494	-	(1.311)	478
<b>Total</b>	<b>3.497</b>	<b>165.313</b>	<b>(21.875)</b>	<b>169.287</b>

- (a) Refere-se a compra de energia de não partes relacionadas para cumprimento do contrato.
- (b) Refere-se a gastos junto às transmissoras provenientes do custo do uso da rede de transmissão.
- (c) Refere-se custos de aluguel das terras para operação do parque fotovoltaico não sujeitos ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos.
- (d) Refere-se a nota explicativa nº24.
- (e) Alienação de participações societárias realizada em 20 de dezembro de 2024, conforme descrito na nota explicativa número 1.2. Não houve alienação societária ao longo de 2025.
- (f) Conforme nota explicativa nº 13

## 22 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Receita financeira</b>				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	881	516	23.997	15.774
Ganhos com derivativos	-	-	-	26.530
Variação cambial ativa (b)	23	99	290.142	6.124
	<b>904</b>	<b>615</b>	<b>314.139</b>	<b>48.428</b>
<b>Despesa financeira</b>				
Despesas bancárias	(21)	(80)	(1.038)	(17.687)
Perdas com derivativos	-	-	(424)	(7.047)
Juros sobre financiamentos (c)	-	-	(168.688)	(112.296)
Custo de captação incorrido (c)	-	-	(5.366)	(3.374)
Despesa de juros – partes relacionadas (a)	-	-	-	(33.288)
Variação cambial passiva (b)	(23)	(197)	(265.462)	(60.245)
Carta de fiança	-	-	(37.672)	-
Juros sobre arrendamentos	-	-	(5.414)	-
Juros e multas diversos	-	-	(637)	-
	<b>(44)</b>	<b>(277)</b>	<b>(484.701)</b>	<b>(233.937)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>860</b>	<b>338</b>	<b>(170.562)</b>	<b>(185.509)</b>

(a) Conforme nota explicativa nº 24.

(b) As variações cambiais se devem basicamente pela contratação de financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 16 e mútuos obtidos com partes relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.

(c) Conforme nota explicativa nº 16.

## 23 Imposto de renda e contribuição social

### a) Controladora

Em 31 de dezembro de 2025 o montante a pagar de imposto de renda e contribuição social é de R\$ 1.195 (R\$ 56.151 em 31 de dezembro de 2024). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2025	2024
(Prejuízo) / Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(36.160)	92.132
Adições:		
Adições (exclusões) temporárias	(3)	73
Resultado de equivalência patrimonial	40.372	73.407
<b>Base de cálculo</b>	<b>4.209</b>	<b>165.612</b>
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	<b>34%</b>	<b>34%</b>
Imposto de renda e contribuição social	<b>(1.407)</b>	<b>(56.262)</b>
Alíquota efetiva	<b>33%</b>	<b>61%</b>

**b) Consolidado**

Em 31 de dezembro de 2025 o montante a pagar de imposto de renda e contribuição social é de R\$ 6.807 (R\$ 58.570 em 31 de dezembro de 2024). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Receita bruta (a)	446.621	83.399
Presunção do imposto de renda – 8% (b)	35.730	6.672
Presunção da contribuição social – 12% (c)	53.594	10.008
Demais receitas (a)	6.452	554
Base de cálculo do IRPJ - (a)	<b>42.182</b>	<b>7.226</b>
Imposto de renda a alíquota de 15%	(6.327)	(1.082)
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(3.792)	(700)
<b>Total imposto de renda</b>	<b>(10.118)</b>	<b>(1.782)</b>
Base de cálculo da CSLL - (c) + (d)	<b>60.046</b>	<b>10.562</b>
<b>Contribuição social a alíquota de 9%</b>	<b>(5.404)</b>	<b>(950)</b>
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(15.521)</b>	<b>(2.732)</b>
<b>Alíquota efetiva (*)</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>

(\*) A alíquota efetiva corresponde a despesa de imposto de renda e contribuição social dividida pela soma das demais receitas (a).

O imposto de renda e contribuições social consolidado é representado pelo valor reconhecido pela controladora no montante de R\$ 6.807 (R\$ 58.570 em 2024) e o valor do imposto de renda e contribuição social incidente nas controladas no montante de R\$ 1.951 (R\$ 56.151 em 2024), totalizando o valor consolidado de R\$ 6.807 (R\$ 58.570 em 2024).

**n) Valores reconhecidos no patrimônio líquido – Impostos diferido decorrente de reserva de *hedge***

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Reserva de <i>Hedge</i> – Instrumentos financeiros (b)	-	(446)
<b>Base de cálculo</b>	-	(446)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<b>34%</b>	<b>34%</b>
Imposto de renda e contribuição social diferida reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial	-	152

## 24 Partes relacionadas

### a. Controladora e controladora final

A controladora direta é a Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A. e o controlador final é a sociedade GIP Helios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

### b. Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por serem serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para 2025 e 2024 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

### c. Operações com partes relacionadas

	Controladora e consolidado		Controladora e consolidado		Controladora e consolidado	
	Contas a receber		Contas a pagar		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<i>(i) Operações intercompany - Nacional</i>						
Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda	20.346	-	19.842	-	(3.512)	-
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	6.364	-	-	-
<b>Total</b>	<b>20.346</b>	<b>-</b>	<b>26.206</b>	<b>-</b>	<b>(3.512)</b>	<b>-</b>

	Consolidado	
	2025	2024
<i>(ii) Mútuos com Intercompany</i>		
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-
GIP Helios II S.A.	-	(33.288)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(33.288)</b>

	Contas a pagar	
	2025	2024
<i>(iii) Dividendos</i>		
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	8.519	-
<b>Total</b>	<b>8.519</b>	<b>-</b>

As movimentações dos mútuos aconteceram da seguinte forma:	<b>Consolidado</b> <b>2024</b>
<b>Mútuos com partes relacionadas</b>	
<b>Saldo inicial</b>	<b>333.298</b>
Captação de mútuos com partes relacionadas	-
Juros incorridos	33.288
Variação cambial	91.695
Juros pagos	(30.642)
Pagamento de mútuos financeiros	(427.639)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>

Em 6 de dezembro de 2023 a controlada Vista Alegre Comercializadora de Energia S.A. celebrou junto a sua acionista indireta GIP Helios II, contrato de mútuo, no valor de USD 69.896, sendo remunerado a taxa de referência Term SOFR 12 meses, acrescido de juros de 1,00% ao ano, com vencimento em 30 de abril de 2025. Em 23 de dezembro de 2024, a Companhia realizou a quitação integral deste mútuo, por meio dos recursos captados através do financiamento com o BNDES, conforme descrito na nota explicativa número 17.

## 25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

### a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

	Nota	2025 – Controladora		2025 - Consolidado	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixas e equivalentes de caixa	8	6.862	90	341.259	5.596
Contas a receber	9	-	-	-	127.750
Outras contas a receber		-	-	-	18.427
<b>Total</b>		<b>6.862</b>	<b>90</b>	<b>341.259</b>	<b>151.773</b>

**Empresa de Participações Vista Alegre S.A.**  
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas*  
em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Nota	2025 - Controladora		2025 - Consolidado	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	15	-	-	-	112.017
Financiamento	17	-	-	-	2.516.240
Passivo de arrendamento	13	-	-	-	49.246
Dividendos a pagar	24	-	-	-	8.519
Outras Contas a pagar	15	-	6.364	-	55.772
<b>Total</b>		<b>-</b>	<b>6.364</b>	<b>-</b>	<b>2.741.794</b>

	Nota	2024 – Controladora		2024- Consolidado	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	71	59.045	115.714	94.092
Contas a receber	9	-	-	45.669	-
Outras contas a receber	-	-	-	4.978	-
<b>Total</b>		<b>71</b>	<b>59.045</b>	<b>166.361</b>	<b>94.092</b>

	Nota	2024 – Controladora		2024 – Consolidado	
		Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	14	3	-	90.485	-
Financiamentos	15	-	-	2.514.952	-
Dividendos a pagar	23	8.525	-	8.525	-
Derivativos a pagar	24	-	-	446	-
Outras contas a pagar	14	6.364	-	16.674	-
<b>Total</b>		<b>14.892</b>	<b>-</b>	<b>2.631.082</b>	<b>-</b>

	Nível hierárquico do valor justo	2025 – Controladora		2025 – Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	6.952	6.952	346.855	346.855
Contas a receber	Nível 2	-	-	148.096	148.096
Outras contas a receber	Nível 2	-	-	18.427	18.427
<b>Total</b>		<b>6.952</b>	<b>6.952</b>	<b>513.378</b>	<b>513.378</b>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	Nível 2	-	-	112.017	92.175
Passivo de arrendamento	Nível 2	-	-	49.246	49.246
Financiamento	Nível 2	-	-	2.516.420	2.516.420
Dividendos a pagar	Nível 2	-	-	8.519	8.519
Derivativos a pagar	Nível 2	-	-	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	6.364	6.364	55.772	55.772
<b>Total</b>		<b>6.364</b>	<b>6.364</b>	<b>2.741.974</b>	<b>2.741.974</b>
	Nível hierárquico do valor justo	2024 – Controladora		2024 – Consolidado	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	59.116	59.116	209.806	209.806
Contas a receber	Nível 2	-	-	45.669	45.669
Outras contas a receber	Nível 2	-	-	4.978	4.978
<b>Total</b>		<b>59.116</b>	<b>59.116</b>	<b>260.453</b>	<b>260.453</b>
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	Nível 2	3	3	90.485	90.485
Financiamentos	Nível 2	-	-	2.514.952	2.514.952
Dividendos a pagar	Nível 2	8.525	8.525	8.525	8.525
Derivativos a pagar	Nível 2	-	-	446	446
Outras contas a pagar	Nível 2	6.364	6.364	16.674	16.674
<b>Total</b>		<b>14.892</b>	<b>14.892</b>	<b>2.631.082</b>	<b>2.631.082</b>

### Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

**i. Técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo**

**b) Derivativos a receber / a pagar**

Precificação a termo - O valor justo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e ajustado ao valor presente, baseado nas cotações das taxas de câmbio e índices para o cálculo do valor presente, os quais são obtidos junto ao site da B3 em índices referenciais.

**c) Gerenciamento de risco financeiro**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado;
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

***Estrutura de gerenciamento de risco***

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades a Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

**(i) Risco de crédito**

***Caixa, equivalentes de caixa***

O risco de crédito de saldos com bancos, instituições financeiras e derivativos é administrado pela tesouraria, bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com políticas estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

***Contas a receber***

As vendas de energia que geram as contas a receber de suas controladas são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras, bem como contratos com mecanismos robustos de controle de inadimplência.

Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6.952	59.116	346.855	209.806
Contas a receber	-	-	148.096	45.669
Outras contas a receber	-	-	18.427	4.978
<b>Total transações no resultado</b>	<b>6.952</b>	<b>59.116</b>	<b>513.378</b>	<b>260.453</b>

Risco de crédito é o risco de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Por encontrar-se em fase pré-operacional a Companhia e suas controladas não apresentam exposição a tal risco. Adicionalmente, de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha, priorizando investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

**(ii) Exposição ao risco de liquidez**

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

**31 de dezembro de 2025 – Consolidado**

	<b>Valor Contábil</b>	<b>Fluxos de caixa contratuais</b>				
		<b>Total</b>	<b>1 ano ou menos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>5 – 10 Anos</b>	<b>Mais que 10 anos</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores e outras contas a pagar	112.017	112.017	112.017	-	-	-
Financiamentos	2.516.420	5.069.736	256.722	715.967	1.206.339	2.890.708
Dividendos a pagar	8.519	8.519	8.519	-	-	-
	<b>2.672.886</b>	<b>5.226.202</b>	<b>413.188</b>	<b>715.967</b>	<b>1.206.339</b>	<b>2.890.708</b>

**31 de dezembro de 2024 – Consolidado**

	<b>Valor Contábil</b>	<b>Fluxos de caixa contratuais</b>				
		<b>Total</b>	<b>1 ano ou menos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>5 – 10 Anos</b>	<b>Mais que 10 anos</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	90.485	90.485	90.485	-	-	-
Financiamentos	2.514.952	2.514.952	29.198	414.291	685.485	1.385.978
Dividendos a pagar	8.525	8.525	8.525	-	-	-
Derivativos financeiros passivos	446	446	446	-	-	-
Outras contas a pagar	16.674	16.674	16.674	-	-	-
	<b>2.631.082</b>	<b>2.631.082</b>	<b>128.654</b>	<b>414.291</b>	<b>685.485</b>	<b>1.385.978</b>

**(iii) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**(iii) Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros do Grupo é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, o Grupo possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

***Análise de sensibilidade***

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, o Grupo efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados do Grupo em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices		Variação 31/12/2025	Cenário Provável 31/12/2024	Sensibilidade			
				Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	
Risco de redução da taxa de juros e índices							
CDI (a)		15,00%	12,25%	12,255%	15,21%	18,38%	
<b>Controladora:</b>							
<b>Risco de redução (ativo)</b>	<b>Índice</b>	<b>Saldos em 31/12/2025</b>	<b>Sensibilidade</b>				
			<b>Provável</b>	<b>Δ + 25%</b>	<b>Δ + 50%</b>	<b>∇ - 25%</b>	<b>∇ - 50%</b>
Aplicações financeiras	CDI	6.862	7.703	1.051	1.261	(1.051)	(1.261)

Consolidado:	Índice	Saldos em 31/12/2025	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
<b>Risco de redução (ativo)</b>							
Aplicações financeiras	CDI	341.259	383.063	52.255	62.706	(52.255)	(62.706)
Financiamentos	CDI	2.516.420	2.824.681	385.327	462.392	(385.327)	(462.392)

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Focus

## 26 Contingências

Os consultores jurídicos efetuaram levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza jurídica e administrativa do Grupo, para suportar as prováveis e possíveis perdas com essas causas.

As controladas da Companhia possuem ação com classificação de perda possível, referente a litígios ambientais decorrente da falta de licenças e danos ambientais causados, que totalizam possíveis perdas no montante de R\$ 15 (R\$ 15 em 31 de dezembro de 2024).

O Companhia e suas controladas são rés em ações que possuem avaliação de perda provável estimada em R\$ 1.540. As partes estão em fase de um possível acordo judicial em ambas as ações, momento em que será requerida a substituição do polo passivo para que conste as SPEs de Vista Alegre, visto se tratar de demanda oriunda do Parque Fotovoltaico de Vista Alegre.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda classificadas como prováveis.

## 27 Informações complementares aos fluxos de caixa

### a) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	Controladora	
		2025	2024
Outras contas a receber		-	28.403
Investimentos	11	-	(28.403)
Outras contas a receber		-	(28.403)
Integralização de capital	17	-	28.403
Outras contas a pagar	14	-	6.364
Redução de capital	17	-	(6.364)
Ajuste de avaliação patrimonial nas investidas	11	185.859	428.670
Ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido	17	(185.859)	(428.670)

	Nota	Consolidado	
		2025	2024
Imobilizado	12	-	187.588
Fornecedores	14	-	(187.588)
Outras contas a receber		-	(28.403)
Integralização de capital	17	-	28.403
Outras contas a pagar	14	-	6.364
Redução de capital	17	-	(6.364)
Provisão para desmobilização	16	(32.899)	29.557
Desmobilização de ativos	12	32.899	(29.557)
<u>Hedge de fluxo de caixa</u>			
Derivativos financeiros ativos	21.b	-	46.837
Derivativos financeiros passivos	21.b	-	446
Tributos diferidos	21.b	-	(16.077)
Hedge de fluxo de caixa	21.b	-	(31.206)
Ajuste de avaliação patrimonial		185.859	(447.437)
Variação cambial		(185.859)	447.437
<u>Transferência de investimentos</u>			
Outras contas a receber		-	-
Fornecedores	14	-	-
Integralização de capital	16.b	-	-
Caixa proveniente da aquisição de controle	1.2.b	-	-

## 28 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	2026	2027	2028	2029	Acima 2030	Total
TUST/TUSD (a)	3.212	3.356	3.485	3.542	146.558	<b>160.153</b>
Seguros e garantias (b)	622	649	674	348	15.217	<b>17.510</b>
Compra de Energia (c)	632	198	188	247	4.523	<b>5.788</b>
Contratos de (O&M) (d)	649	521	701	840	40.214	<b>42.925</b>
Arrendamento (e)	386	404	415	429	18.983	<b>20.617</b>
Outros (f)	1.232	1.211	585	619	22.503	<b>26.150</b>
<b>Total</b>	<b>6.733</b>	<b>6.339</b>	<b>6.048</b>	<b>6.025</b>	<b>247.998</b>	<b>273.143</b>

**a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/TUSD)**

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2026 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2026/2027 (julho/25 a junho/26) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2025 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2025/2026.

**b) Seguros e garantias**

O Grupo possui contratos de seguros e garantias para manutenção e asseguaração das plantas fotovoltaicas.

**c) Compra de Energia**

O Grupo possui contratos de fornecimento de energia registrados na CCEE ao qual realizará compras para manutenção de tais contratos.

**d) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)**

O Grupo possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

**e) Arrendamentos**

O Grupo possui contratos de arrendamentos dos terrenos pertinentes à utilização para instalação do parque fotovoltaico, os quais não atendem aos critérios de contabilização conforme prevê o IFRS 16.

**f) Outros**

O Grupo possui outros contratos que possivelmente incorrerão em despesas futuras, como, despesas intercompany, serviços profissionais, despesas bancárias, responsabilidade social e custos e despesas ambientais.

Luiz Maia Gutierrez Ballester  
Diretor  
CPF: 832.797.505-63

Julio Roberto Baruchi  
Contador  
CRC: 1SP206243/O-5  
CPF: 008.175.478-78

\* \* \*